

Ofício nº 022/2023 - CGM

Carolina/MA, 01 de Novembro de 2023.

A Sua Senhoria

ANDRÉIA MOREIRA PESSOA ANTONIOLLI


Secretária Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo
Carolina – MA

Assunto: Encaminha Parecer – adesão à Ata de Registro de Preços SMTTS Nº 001/2023-PMC/AL, da Prefeitura Municipal de Coruripe/AL

Ilustre Secretária,

Ao cumprimentá-lo e externar votos de êxito em suas atribuições, considerando que a Controladoria Municipal é um órgão de fiscalização do Poder Executivo Municipal que exerce, na forma da lei, o controle dos atos e procedimentos da Administração direta e indireta, visando resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública tais como, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos, e após análise, vem, por meio do presente expediente, encaminhar para a devida homologação e demais procedimentos legais, o **Processo Administrativo nº 056/2023-PMC**, com o respectivo parecer.

Atenciosamente,


Manoel P. Conceição
Controlador Geral
Port. 028/2022
Manoel Pereira da Conceição
Controlador Geral do Município



Volume nº 216
Processo nº 056/2023
Rubrica:

PROCESSO: Nº 056/2023-PMC - **DATA:** 13.09.2023

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E URBANISMO

MODALIDADE: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SMTTS Nº 001/2023-PMC/AL, da PREFEITURA MUNICIPAL DE Coruripe/AL, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0005.01/2013.

PARECER Nº 022/2023/CGM

OBJETO: Adesão à Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens aéreas, compreendendo reservas, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagens nacionais ou internacionais decorrente do Pregão Eletrônico nº 0005.01/2023, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Coruripe/AL, de interesse da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo - SEMAFIPU do município de Carolina/MA.

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** no cumprimento das suas atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 414/2010, e demais normas que regulam as atribuições da Controladoria Municipal, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, emite o presente parecer.

RELATÓRIO

Oriundo da Comissão Permanente de Licitação - CPL, aportou nesta Controladoria Municipal, o Processo Licitatório para **adesão à Ata de Registro de Preços SMTTS Nº 001/2023-PMC/AL, da Prefeitura Municipal de Coruripe/AL**, na qual solicita por meio do Ofício nº 018/2023-CPL/PMC, análise e parecer dos seus atos realizados, que versa sobre **ADESÃO À REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO RESERVAS, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO DE PASSAGEM, REEMBOLSO E REPASSE DE PASSAGENS NACIONAIS OU INTERNACIONAIS DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005.01/2023,**

GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE/AL, de interesse da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E URBANISMO - SEMAFIPU**, conforme documentos acostados no Processo Administrativo nº 056/2023-PMC.



Nota n° 217
Processo n° 056/2023
Rubrica:

É o necessário a relatar. Ato opinativo.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

A Constituição Federal em seu artigo 37, XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública deverão ser realizadas através de licitação que

assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo encontra-se esposada na Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

A referida Lei prevê em seu artigo 2º a necessidade de licitação para contratações junto à Administração Pública, senão vejamos:

“As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei”.

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, verbis:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

I – DA ADESÃO A ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

A Lei Nacional n.º 8.666/1993 versa sobre a possibilidade de a Administração Pública proceder a compras por meio de registro de preços. É, na verdade, de adoção impositiva e obrigatória, porquanto

“ [...] os princípios jurídicos que norteiam qualquer contratação administrativa (verse ela sobre compras ou sobre obra ou serviço) exigem que os recursos financeiros sejam bem aplicados. Isso significa redução de custos e adequação às necessidades públicas.”

Desse modo, prevê a Lei de Licitações e Contratos que

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de **sistema de registro de preços**;

(...)

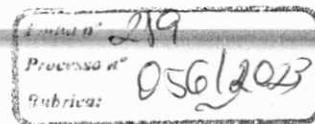
§ 3º **O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto**, atendidas as peculiaridades regionais [...] (grifos meus).

Consoante abalizada doutrina

“o art. 15 evidencia que a contratação administrativa não deve ser mais onerosa e menos eficiente do que a do setor privado. **Um dos meios fundamentais de obtenção de eficiência consiste no sistema de registro de preços**. Através dele, a Administração poderá efetivar aquisições de modo mais eficaz. Não necessitará multiplicar longos e complexos procedimentos, que resultam onerosos e inúteis”. (grifos meus).

Resta, pois, demonstrada a pertinência de que as aquisições e contratações públicas sejam feitas por meio de registro de preços. Além do que já foi dito, podemos citar como potenciais benefícios da utilização do Sistema de Registro de Preços – e, por via reflexa, da própria adesão à ata:

- a. O atendimento ao princípio da padronização;
- b. A redução dos custos administrativos com diversas licitações, havendo somente a realização de uma única;
- c. A possibilidade de contratação imediata;
- d. A satisfação de necessidades comuns a diversos órgãos;



Dentre outros.

Em tese, sem maiores dilações, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, é, pois, plenamente viável qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório “Carona”, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

Caberá ao Beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este novo compromisso não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com a Prefeitura Municipal de Carolina/MA.

As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (cem por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registros de Preços, conforme artigo 22, § 3º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **quíntuplo** de quantitativo de cada item registrado na Ata, independente do número de órgãos não participantes que venham aderir, conforme artigo 22, § 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

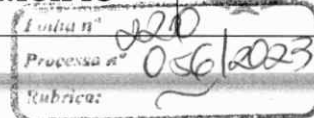
Após a autorização do órgão Gerenciador, o órgão não participante “carona”, deverá efetivar a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias consecutivos**, observando o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, artigo 22, § 6º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

Cabe salientar que a Prefeitura Municipal de Carolina não responde pelos atos praticados no âmbito do carona.

No ponto, restou a vantajosidade da adesão devidamente demonstrada pela pesquisa mercadológica realizada, oportunizando uma contratação mais ágil, apresentando serviços mais compatíveis com os necessários a atender às necessidades da Secretaria solicitante, conforme Mapa Comparativo de Preços. De fato, entre a realização de procedimento licitatório próprio ou o consórcio para a realização de Pregão para Registro de Preços, o valor consignado na Ata de Registro de Preços sob análise é indubitavelmente mais vantajoso.

II – DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS

O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo licitatório demonstrou que o processo encontra-se instruído com as seguintes peças:



Consta-se nos autos em análise as documentações exigidas do processo originário, para o PROCEDIMENTO LEGAL DE ADESÃO À ATA também conhecido como “carona”, que no caso em tela trata-se de uma economia processual e financeiro sendo eficiente para a Administração Pública Municipal, o que também resta demonstrado através das **cotações de preços em anexo**, desta feita atendendo os dispostos legais autorizadores.

A referida ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO, “CARONA” guarda conformidade com as exigências legais preconizadas estando em consonância com os princípios norteadores da Administração Pública, com toda a documentação que exige a norma vigente. Com base nas regras insculpidas pela regulamentação vigente, pelo que declara ainda que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais.

1. Consta nos autos a solicitação que motivou e gerou a despesa com seus devidos anexos, planilhas, cronogramas, projetos, desenhos técnicos e especificações;
2. O Senhor Assessor Técnico de Administração através do Ofício nº 056/2023-SEMAFIPU, solicitou Autorização de abertura do Processo Administrativo de Licitação;
3. Consta, o Termo de Referência e anexo I-A com Planilha Orçamentária com os itens a serem contratados, bem como sua aprovação e autorização da Secretaria Municipal de Administração de abertura do Processo Administrativo nº 056/2023-PMC;
4. Consta o processo Administrativo nº 0007521/2022 bem como parecer Jurídico da Administração Pública do município de Coruripe/AL sobre o ato convocatório de certame licitatório e respectivos anexos de Pregão Eletrônico no qual tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços em questão.
5. Consta o Decreto nº 005 de 05 de janeiro de 2023 no qual designa Ordenadores de Despesas das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação no que se refere aos recursos dos fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e FUNDEB respectivamente e dá outras providências;
6. Consta o Decreto n.º 006/2023/GAB/PREF. dispondo sobre a delegação de competência para ordenar despesas da Prefeitura Municipal de Carolina/MA, bem como a delegação à Comissão Permanente de Licitação do Município – CPL a competência para adjudicação dos processos licitatórios
7. Consta a solicitação de pesquisa de preços de mercados do Processo Administrativo, e suas respectivas propostas;
8. Consta, o Resultado da Pesquisa de Preços de Mercado do Processo



Administrativo 056/2023, no valor médio estimado em desconto de 68% (sessenta e oito por cento), conforme propostas de preços e mapa de apuração;

Licitação nº 221
Processo nº 056/2023
Rubrica:

9. Consta a solicitação de informações do ordenador de despesas sobre a existência e disponibilidade de dotação orçamentária para custear as despesas do Processo Administrativo 056/2023-PMC cujo objeto **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens aéreas, compreendendo reservas, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagem, reembolso e repasse de passagens nacionais ou internacionais decorrente do Pregão Eletrônico nº 0005.01/2023, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Coruripe/AL, de interesse da Secretaria Municipal de Educação-SEMED;**

10. Consta Certidão do setor Contábil que por seu titular, informou existência de Dotação Orçamentária para vigência do ano de 2021, com saldo suficiente para o cumprimento dos encargos a serem assumidos no Processo Administrativo nº 016/2021-PMC;

11. Consta Declaração do Ordenador de Despesa, nos termos do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa do **Processo Administrativo 056/2023-PMC**, tem adequação com a Lei Federal nº 8.66/1993, está incluída no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e na Lei Orçamentária Anual-LOA, conforme dispõe o artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

12. Consta o ofício de nº 1610/2023-SEMAFIPU encaminhado à Comissão Permanente de Licitação do Município de Coruripe/AL consultando sobre a possibilidade de **adesão** à ATA de Registros de Preços SMTTS nº 001/2023 e o Processo Administrativo nº 0007521/2022.

13. Consta o ofício nº 06/2023 - SEMAD/SLS do município de Coruripe/AL concedendo anuência para que o município de Carolina/MA adira a referida ata e possa utilizar os preços registrados obedecendo as cláusulas e condições estabelecidas;

14. O edital está composto das cláusulas e anexos, concernentes ao que prever a legislação em vigor, devidamente analisado pela consultoria jurídica, integrando o Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos;

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II – MODELO DE CARTA CREDENCIAL;
- c) ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;



Ítem nº	227
Processo nº	056/2023
Rubrica:	

- d) ANEXO IV – MODELO DE CARTA PROPOSTA;
- e) ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988;
- f) ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- g) ANEXO VII – MODELO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO;

15. Consta a Minuta do Contrato, vinculado ao instrumento convocatório apresentado. Ficou constatado que esta observa os requisitos mínimos exigidos pelo art. 55 da lei 8.666/1993, contendo todas suas cláusulas pertinentes a esta contratação;

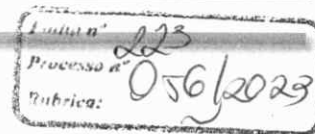
12. Consta o termo de Adjudicação da Adesão à **Ata de Registro de Preços SMTTS Nº 001/2023-PMC/AL**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 0005.01/2023**, constante no **Processo Administrativo nº 0007521/2022**, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Coruripe/AL, que após análise, observando os critérios estabelecidos no Edital, o município de Carolina/MA credenciou a empresa **WC VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME - CNPJ nº 13.480.254/0001-04** cujo objeto é adesão de **200 (duzentas)** passagens do pregão supramencionado.

Observo neste, que a Comissão de Licitação adotou as seguintes Leis:

Constituição da República do Brasil de 1988; lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2020, e subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 bem como suas alterações posteriores; Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela lei complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155/2006; Lei Federal 12.527/2011; Decreto Federal 3.555/2000; Decreto Federal 7.892/2013; Decreto Federal 8.538/2015; IN 005/2014-SLTI/MPOG, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições, em especial a Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais normas pertinentes à espécie;

DA PUBLICAÇÃO E DOS PRAZOS

Foi publicado o Aviso da Licitação na Imprensa Oficial do Estado do Maranhão, e demais órgãos de imprensa exigidos por lei quanto a este tipo de contratação. Com relação aos prazos que se refere à modalidade adotada, entre a publicação do aviso e abertura do certame foi sim cumprida.



DO JULGAMENTO

No que tange ao julgamento do preço e documentos de habilitação, nenhuma anormalidade foram observadas, os preços estão dentro da média dos valores orçados, os documentos de habilitação/credenciamento estão regularmente adequados às exigências do Edital. Visto posterior julgamento, que foram cumpridas todas as etapas seguintes, desde a autorização, Contrato e suas devidas publicações, e adjudicação.

CONCLUSÃO

A Controladoria Municipal de Carolina/MA, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais pela Comissão Permanente de Licitação, considerando os documentos coligidos aos autos, a demonstração efetiva de vantajosidade da adesão sob apreço, em detrimento da realização de procedimento licitatório próprio, a manifestação de anuência do órgão gerenciador da ata, a possibilidade de fornecimento, sem prejuízo do registrado em ata, por parte do pretense contratado bem como opino, pela APROVAÇÃO do retro mencionado processo de **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SMTTS Nº 001/2023-PMC/AL, da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURUPE/AL.**

Tendo em vista que o presente processo Administrativo ocorreu tudo nos parâmetros da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Economicidade e Segurança Jurídica, princípios basilares da administração pública, retorne o mesmo para a comissão de licitação para as providencias cabíveis e posterior conclusão do certame.

Ressaltamos que as informações elencadas desde o início de todo o processo até sua conclusão são de inteira responsabilidade e veracidade da Comissão Permanente de Licitação, departamento que conduziu/gerenciou todo o processo.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Carolina/MA, 01 de novembro de 2023.


Manoel P. Conceição
Controlador Geral
Port. 028/2022

Manoel Pereira da Conceição
Controlador Geral do Município